

Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo de Santa
Catarina

PEIC

Pesquisa Trimestral de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Dezembro de 2023

SUMÁRIO

ANÁLISE DO ENVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA.....	2
INDICADORES PRINCIPAIS POR CIDADE	7
METODOLOGIA.....	9

ANÁLISE DO ENVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA

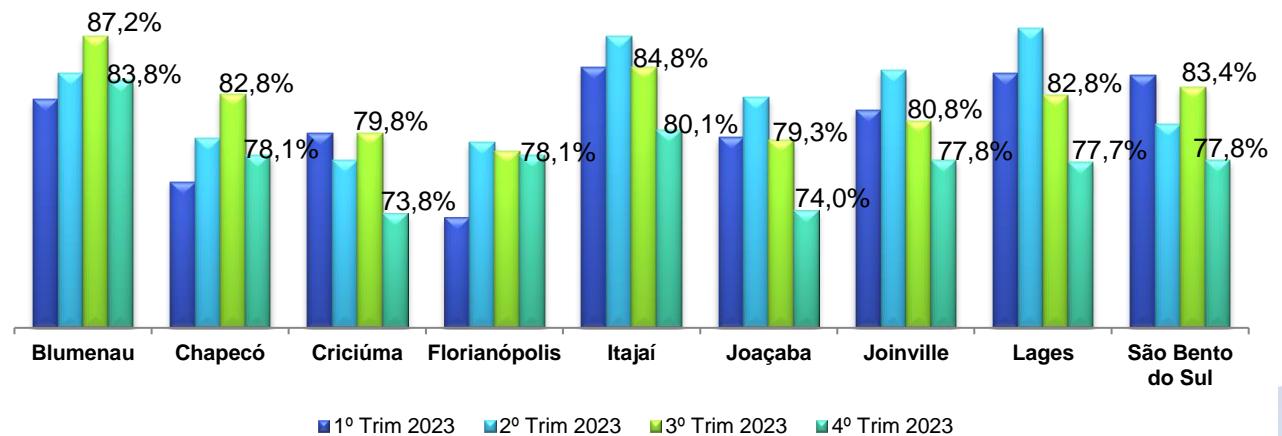
Em 2023, a Fecomércio SC passou a divulgar duas publicações referentes à Pesquisa de Endividamento e Inadimplência para o Estado (PEIC), uma com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apurados mensalmente através de pesquisa realizada na capital do estado. E outra de periodicidade trimestral com dados obtidos em nove cidades do estado: Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages e São Bento do Sul.

No quarto trimestre de 2023, as cidades pesquisadas continuaram mostrando elevado nível de famílias endividadas, de inadimplentes e até mesmo de famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas. Per si, tais dados requerem atenção das autoridades, já que conforme observado nos relatórios mensais, anteriormente, desde o ano de 2022 que há um movimento de escalada dessas taxas tanto no cenário estadual quanto no nacional.

No geral, a dinâmica do endividamento das famílias catarinenses vinha apresentando tendência de crescimento ao longo do ano, mas no último trimestre houve arrefecimento. Em todas as cidades pesquisadas, o percentual de famílias endividadas recuou, sendo o mais expressivo o de Criciúma (-7,6%) e o menos o de Florianópolis (-0,4%). Boa parte desse movimento pode estar associado ao desempenho do mercado formal de trabalho no estado, pois, mais de 101 mil novas vagas foram adicionadas entre janeiro e novembro de 2023.

Desta forma, no quarto trimestre de 2023, os maiores índices de endividamento nas cidades catarinenses foram observados em Blumenau (83,8%), Itajaí (80,1%), Chapecó (78,1%) e Florianópolis (78,1%). Convém lembrar que dentre estes quatro municípios, dois permanecem no topo do ranking do endividamento pelo quarto trimestre consecutivo: Blumenau e Itajaí.

Percentual de famílias endividadas nas cidades selecionadas no 4Trim23

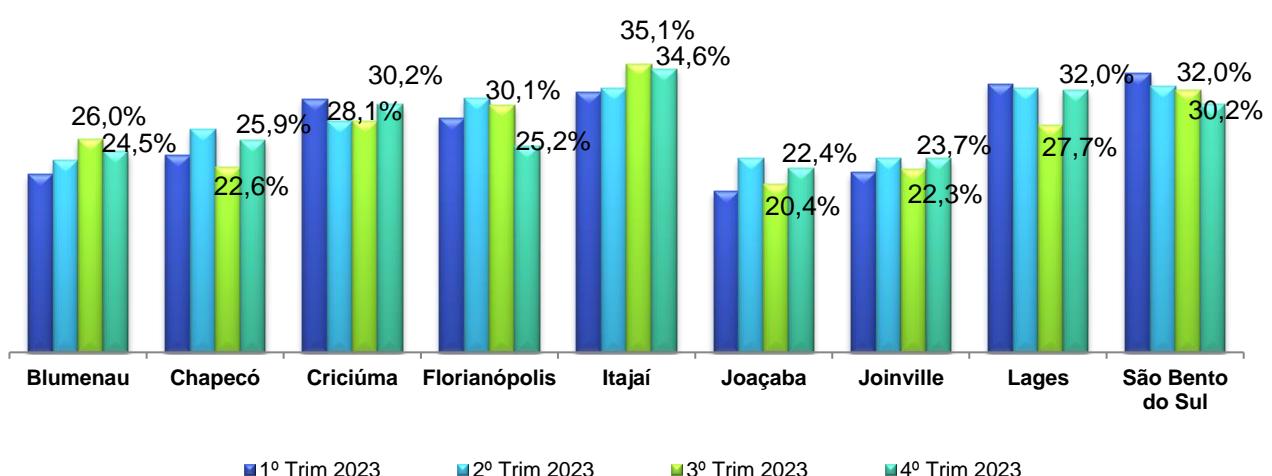


No entanto, deve-se ressaltar que o nível de endividamento por si próprio não é um mal para a economia, uma vez que consumidores mais seguros de sua situação econômica fazem uso de crédito e compram de forma parcelada. O problema surge quando os endividados não conseguem honrar seus compromissos, passando assim para o grupo dos inadimplentes.

Em relação a inadimplência, os dados permanecem em níveis preocupantes. As nove cidades apresentaram taxa de inadimplência acima dos 20% pelo terceiro trimestre seguido. Além disso, em quatro delas o indicador está acima dos 30%, enquanto no terceiro trimestre eram três. Assim, Itajaí (34,6%) e São Bento do Sul (30,2%) permanecem nas posições de cima do ranking, ao passo que Criciúma (30,2%) e Lages (32,0%) adentraram agora. E, em contraste, Florianópolis (25,2%) saiu do topo dessa lista.

Na passagem do terceiro para o quarto trimestre, quatro cidades reduziram o percentual de inadimplentes, sendo os destaques nesse ranking da inadimplência Florianópolis, São Bento do Sul e Blumenau, cujas reduções na taxa foram na ordem de -4,9 p.p., de -1,8 p.p. e de -1,4p.p., respectivamente. Em movimento oposto, o percentual de inadimplentes aumentou em cinco municípios. A maior expansão ocorreu em Lages com a adição de 4,3 p.p., seguida da de Chapecó, 3,3 p.p., e da de Criciúma, 2,1 p.p.

Percentual de famílias inadimplentes nas cidades selecionadas no 4Trim23

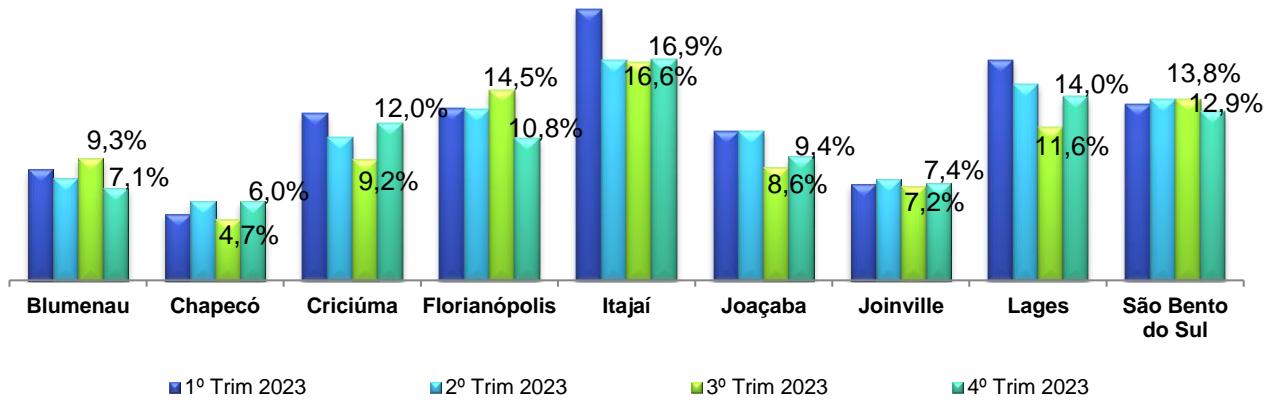


Ainda sobre a inadimplência é importante ressaltar que mesmo nas três cidades em que os registros foram os menores da pesquisa trimestral, Blumenau (24,5%), Joinville (23,7%) e Joaçaba (22,4%), os índices encontram-se em níveis elevados, o que requer atenção.

É bastante plausível que os elevados níveis de inadimplência observados possam estar, em certo grau, associados a percepção do nível de renda atual. Conforme apontado nas últimas análises da Fecomércio SC sobre o Índice de Confiança das Famílias (ICF), o indicador de renda atual do consumidor catarinense apresentou três quedas sucessivas de novembro para cá, acumulando uma variação negativa de -4,3 p.p. de outubro de 2023 para janeiro de 2024. Desta forma, a deterioração da renda por seus múltiplos fatores (inflação, perdas salariais, reajustes de alíquotas tributárias etc) pode estar impedindo que orçamentos familiares sejam suficientes para honrar os compromissos assumidos.

Outro dado bastante emblemático é o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. No quarto trimestre de 2023, cinco cidades apresentaram índices acima dos 10%, percentual considerado como de atenção: Florianópolis (10,8%), Criciúma (12,0%), São Bento do Sul (12,9%), Lages (14,0%) e Itajaí (16,9%). Por outro lado, quatro ficaram com o índice abaixo de 10,0%: Chapecó (6,0%), Blumenau (7,1%), Joinville (7,4%) e Joaçaba (9,4%). No entanto, deste último grupo, apenas Blumenau reduziu a taxa na passagem dos trimestres, -2,3 p.p.

Percentual de famílias que não terão condição de pagar as dívidas nas cidades selecionadas no 4Trim23



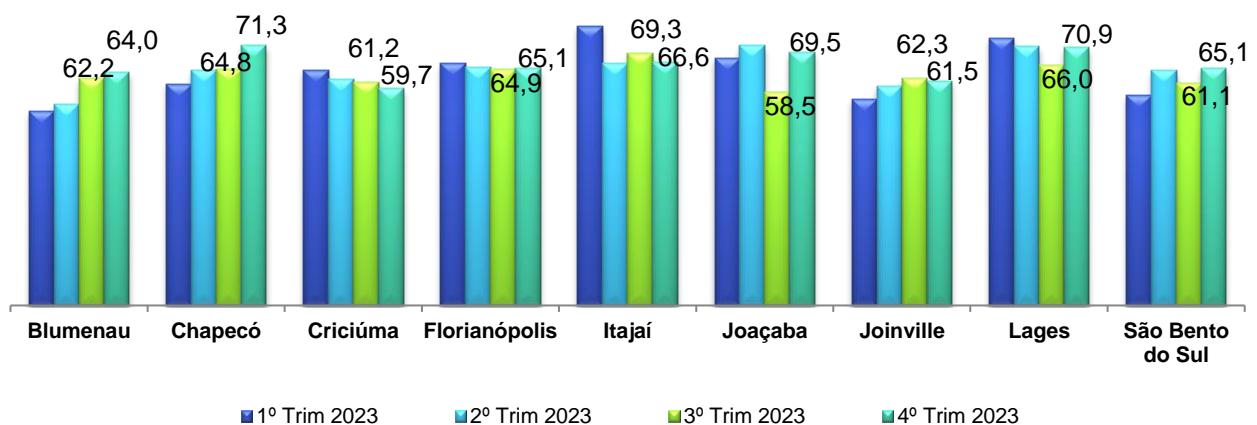
Importante observar que na passagem do terceiro para o quarto trimestre predominou um movimento de elevação do índice de famílias que não terão condições de pagar com seis cidades apresentando variação positiva: Criciúma (2,8 p.p.), Lages (2,3 p.p.), Chapecó (1,3 p.p.), Joaçaba (0,8 p.p.), Itajaí (0,3 p.p.) e Joinville (0,2 p.p.). Ressaltando que o significativo aumento em Criciúma retirou o município do rol dos que possuíam taxa inferior a 10%. Em contraste,

reduções neste indicador ocorreram apenas em Florianópolis (-3,7 p.p.), Blumenau (-2,3 p.p.) e São Bento do Sul (-0,9 p.p.).

Vale destacar que ao longo dos trimestres de 2023, as cidades de Criciúma, Itajaí, Joaçaba e Lages vinham apresentando trajetória de redução dos percentuais de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. Todavia, no quarto trimestre, Criciúma, Lages e Joaçaba reverteram o movimento descrente ao expandirem suas taxas, enquanto, em Itajaí há certa estabilidade do indicador, na casa dos 16%, por três trimestres consecutivos.

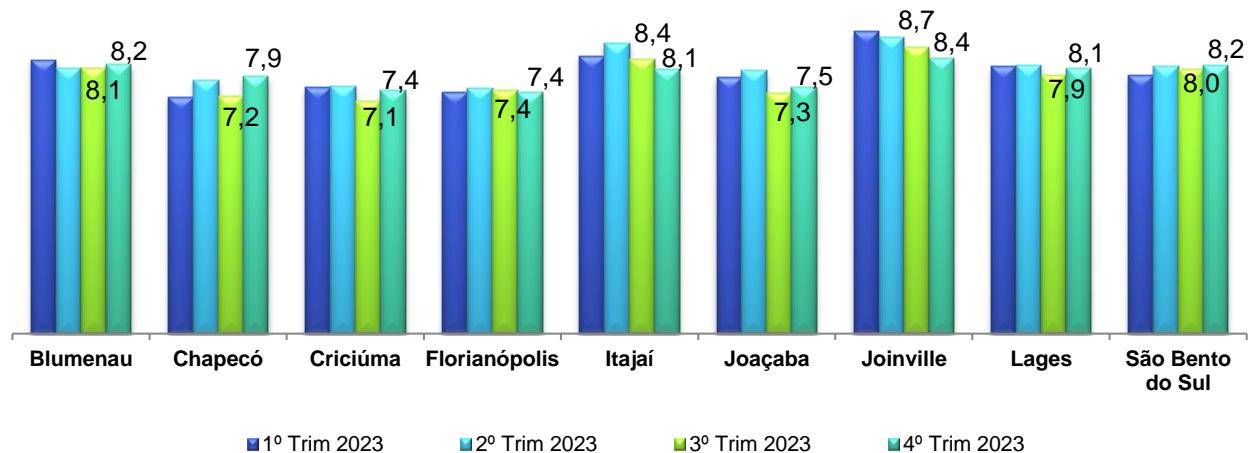
Quanto ao tempo médio de pagamento em atraso, a amplitude dos dados no terceiro trimestre oscilou de 59,7 dias em Criciúma a 71,3 dias em Chapecó. Na passagem do trimestre, três cidades reduziram o tempo médio, com destaque para Itajaí que o diminuiu em -2,6 dias. No outro extremo, Joaçaba aumentou 11,0 dias. Cabe observar que dentre as nove cidades, Criciúma tem mostrado uma tendência mais clara de decrescimento do tempo médio de pagamento das dívidas em atraso. Em contraste, Blumenau (64,0 dias) e Chapecó (71,3 dias) apresentaram crescimento ao longo dos quatro trimestres de 2023. Ademais, em Florianópolis o tempo médio de pagamento das dívidas em atraso tem orbitado em torno dos 65,0 dias por três trimestres consecutivos.

Tempo médio de pagamento em atraso (em dias) nas cidades selecionadas



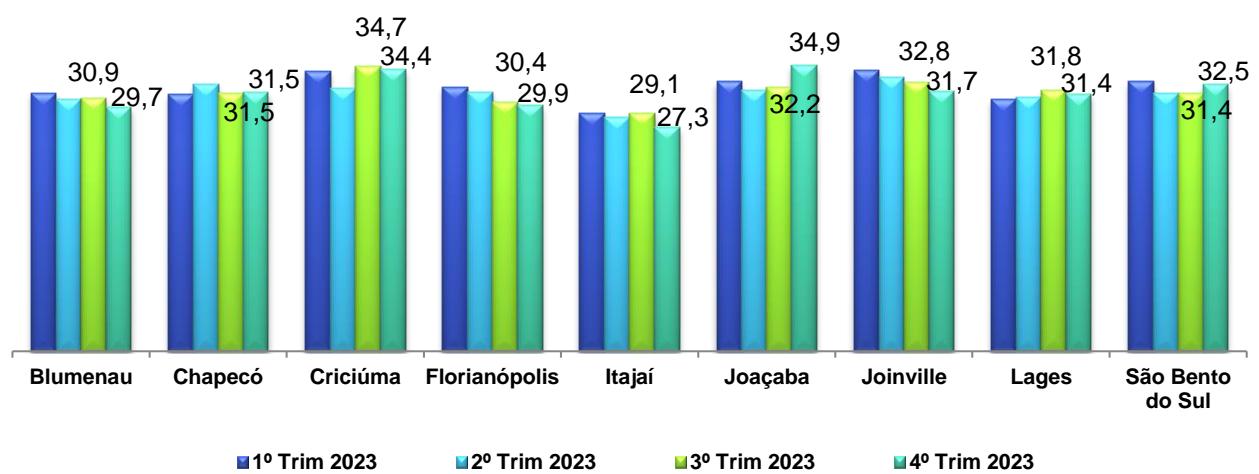
Já a amplitude do tempo médio de comprometimento com a dívida em meses oscilou entre 7,4 meses em Criciúma e em Florianópolis e 8,4 meses em Joinville no quarto trimestre de 2023. Na passagem do trimestre não houve variação abrupta desta variável nas cidades pesquisadas, ficando a amplitude das variações entre -0,3 mês, em Itajaí (8,1 meses) e em Joinville (8,4 meses), e 0,6 mês em Chapecó (8,4 meses). O resultado indica que as famílias catarinenses estão estabilizando o tempo médio em meses de permanência com as dívidas.

Tempo médio de comprometimento com a dívida (em meses) nas cidades selecionadas

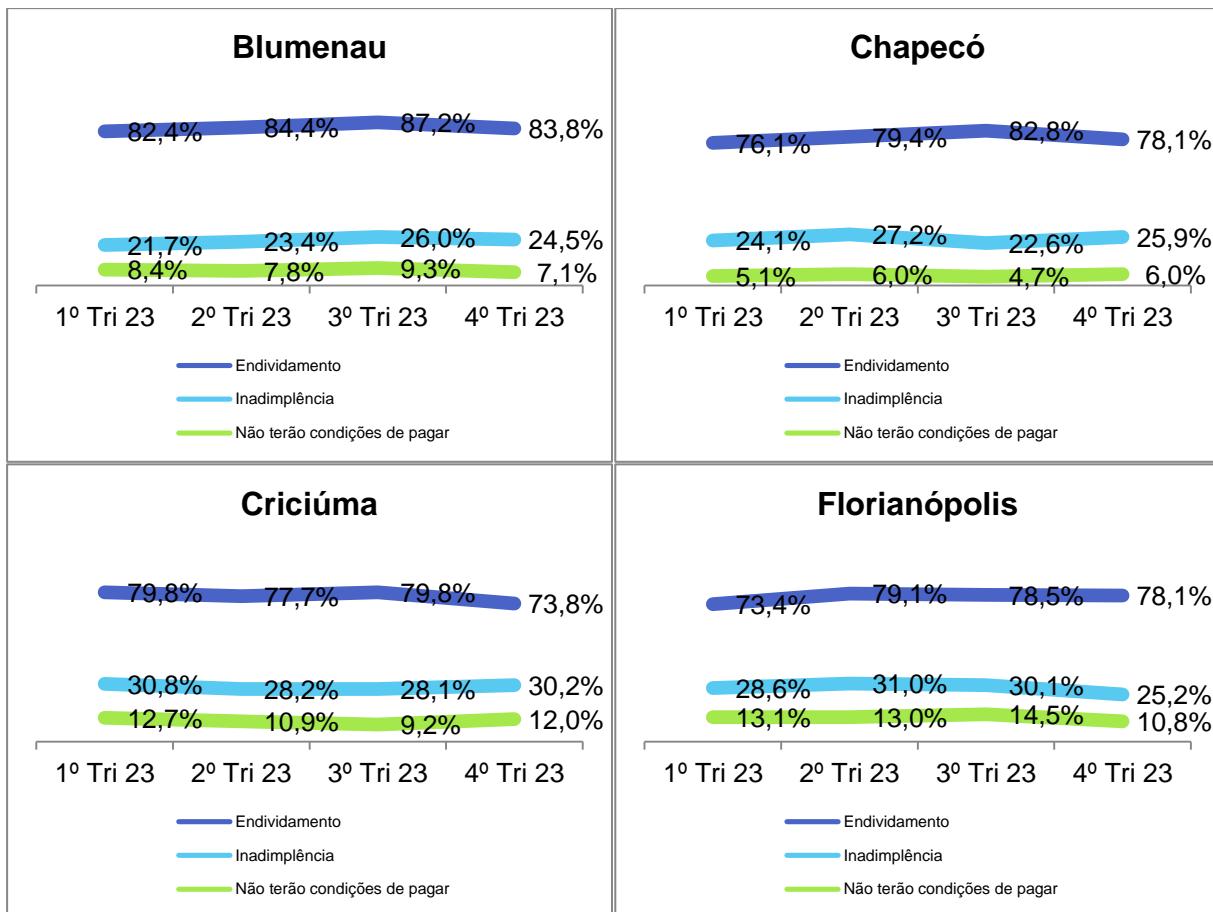


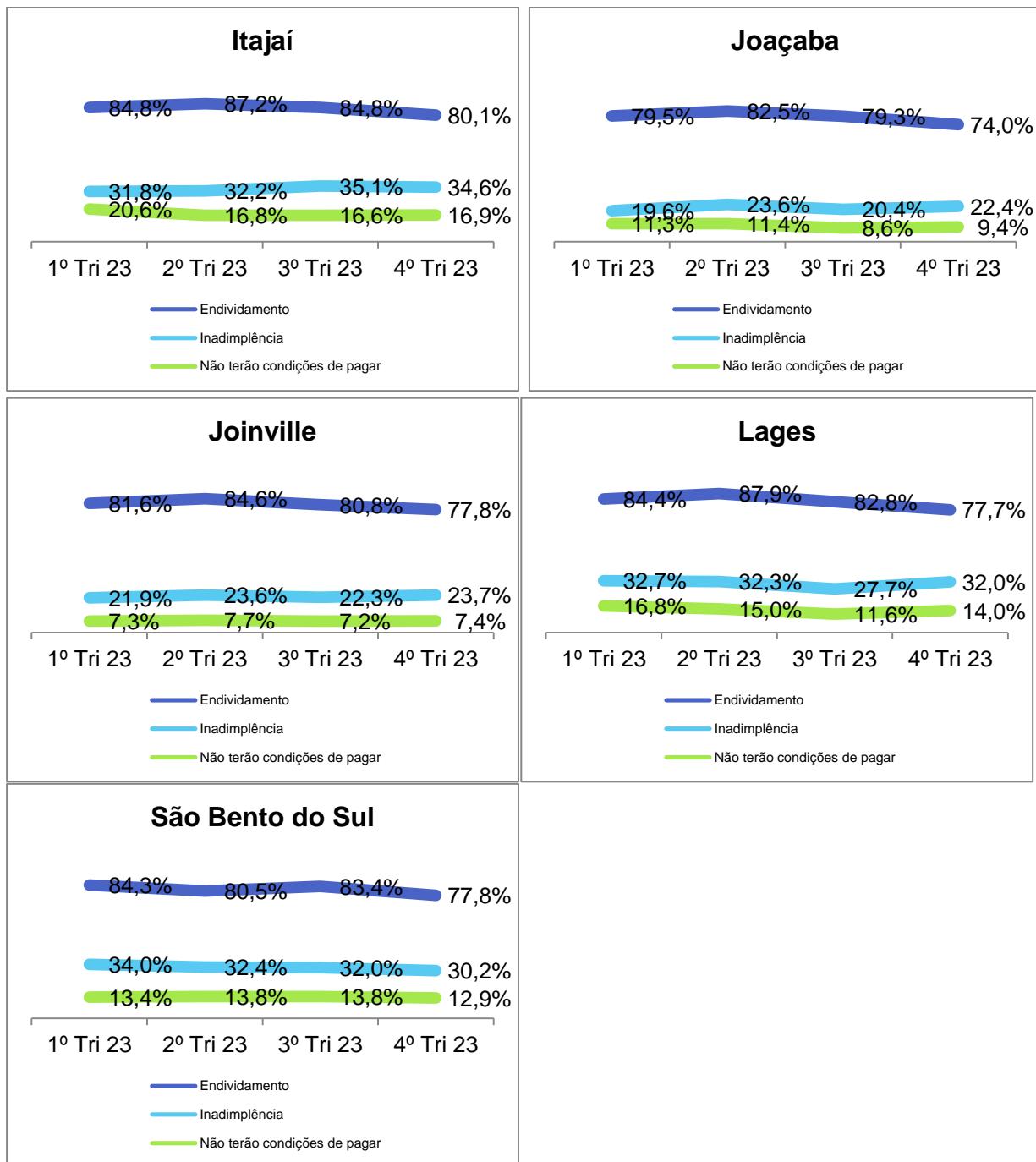
Em relação ao comprometimento de parcela da renda com a dívida, as nove cidades pesquisadas apresentaram comprometimento médio entre 27,3% (Itajaí) e 34,9% (Joaçaba) no quarto trimestre do ano. Vale lembrar que a média em torno dos 30% é um padrão considerado moderado para o controle orçamentário das famílias e que em Itajaí o indicador manteve-se abaixo dos 30% ao longo dos trimestres de 2023. Na passagem dos trimestres o predomínio foi de variações negativas, reduzindo com isso a parcela da renda destinada a dívida. A queda mais expressiva também foi registrada em Itajaí, -1,8 p.p., ao passo que o maior aumento se deu em Joaçaba, 2,7 p.p. Por fim, deve-se ressaltar que em Florianópolis (29,9%) há um claro processo de redução da parcela da renda comprometida com a dívida, enquanto, em Lages (31,4%) a direção é oposta. No mais, em Chapecó há uma gravitação em torno dos 31,5%.

Parcela da renda comprometida com a dívida (%) nas cidades selecionadas



INDICADORES PRINCIPAIS POR CIDADE





METODOLOGIA

Os indicadores de endividamento e inadimplência possibilitam traçar um perfil do endividamento, acompanhar o nível de comprometimento do consumidor com dívidas e a percepção em relação a sua capacidade de pagamento. Dada a importância das consequências econômicas e sociais do endividamento das famílias é crucial acompanhar a tendência do endividamento e proceder a um estudo sistemático da natureza e dimensão do mesmo. Com efeito, o endividamento põe em questão o equilíbrio orçamental do indivíduo ou dos seus agregados familiares, com importantes implicações sociais e psicológicas, como a marginalização e a exclusão, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução das famílias, perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias endividadas etc. Além das fortes implicações econômicas em termos pessoais e familiares, e dos graves problemas psicológicos e sociais que lhe estão associados, não se pode esquecer-se dos efeitos do endividamento sobre o setor real da economia. É natural que a proliferação de casos de famílias incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros seja acompanhada da contração das despesas de consumo privado, especialmente de bens de consumo duradouro, via racionamento do crédito: os casos de insolvência das famílias afetam os níveis de confiança necessários ao normal funcionamento do mercado de crédito. Os problemas de risco moral e seleção advera são agravados. Também, as instituições financeiras reagem excluindo do mercado de crédito não só os clientes economicamente mais desfavorecidos, mas também certos agentes que, em princípio, não teriam dificuldades em satisfazer os seus compromissos de crédito. É também natural que as famílias em risco de endividamento sejam mais sensíveis às expectativas desfavoráveis da evolução futura dos rendimentos logo, consomem menos quando confrontadas com choques adversos. O efeito da diminuição do consumo privado faz-se sentir diretamente no abrandamento do crescimento do PIB, ou seja, no abrandamento do crescimento econômico.

A importância das consequências do endividamento justifica a relevância dada aos aspectos estatísticos e metodológicos do estudo deste fenômeno, no sentido de assegurar o rigor científico e a confiabilidade dos estudos realizados.

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes no município de Florianópolis com idade superior a 18 anos. Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “ p ” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “ d ”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial. Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada. Assim, o número mínimo de

consumidores a serem entrevistados na capital foi de 500 (todos os meses) e 988 no interior (trimestralmente), de modo que a amostra total tenha aproximadamente 1.500 consumidores no total. Com isso, espera-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras freqüências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.